
PARALAMENTARES PROTESTANTES E EDUCAÇÃO NO BRASIL 1946-1963

Dr. João Marcos Leitão Santos
Universidade Federal de Campina Grande
tmejph@bol.com.br

Introdução

O protestantismo é um fenômeno social ainda pouco investigado no Brasil, sobretudo em relação as outras tradições cristã, notadamente o catolicismo romano. Estabelecido no Brasil na segunda metade do século XIX o protestantismo elegeu como uma das suas estratégias de penetração o estabelecimento de escolas e colégios de sua confissão. Este vínculo à educação que se tornou uma marca permanente do protestantismo, também se manifestou quando da presença dos primeiros parlamentares protestantes na Câmara Federal. Neste texto apontamos tópica e sumariamente mente o discurso de alguns destes tribunos como indicativo da perenidade do tema educativo entre os professos daquela religião

1. A educação e a reorganização do Estado

Durante todo o período que se seguiu a inauguração da Quarta República a educação foi matéria de especial interesse para o estado que se alinhava aos modelos capitalistas, sobretudo no desenvolvimentismo. O desenvolvimento econômico e social foi um projeto assumido nas formulações da política nacional no período em estudo, e se caracterizava pela consciência nos agentes do processo, que este desenvolvimento implicava crescente independência econômica, aumento da riqueza, diversificação do trabalho e universalização da qualidade de vida, e que tal projeto demandava a necessidade da ação Planejada.

O projeto dos setores hegemônicos da burguesia nacional era a inserção da produção nas técnicas avançadas do capitalismo internacional, apontando para Estado a necessidade de colocar seus aparelhos a serviços de tal projeto. Esta intervenção se faria mediante a produção de condições infra-estruturas para a expansão do capital e pela

manutenção da ordem, entendida esta como a possibilidade da manutenção das condições de exploração do trabalho sem contestação, e a ser garantida pela formulação e implementação de uma política de uma política de segurança nacional.

A educação é por sua vez chamada a oferecer a contribuição considerada essencial ao projeto proposto, sob a sugestão de promover a promoção social. A educação será a chave de acomodação das mudanças no âmbito das relações sociais.

Historicamente o relevo do papel da educação, mesmo mantendo-se fiel aos seus postulados fundamentais¹, se reconfigura após 1930 em função de novo ordenamento do tecido social, de sua organização segundo os padrões capitalistas e do movimento no quadro de suas relações e de seus agentes². De posse do controle dos aparelhos do Estado este é levado assumir a tarefa de expandir as condições para implementação do projeto formativo, e garanti-las através do planejamento e operacionalização do sistema. O Estado operará então sobre os aspectos que promovem o desenvolvimento, situados na órbita de dependência de sua ação. Os instrumentos a serem operados pelo Estado – as políticas públicas, principalmente - passam a ser definidos como investimento de capital, cujas ferramentas necessitam ser otimizadas, sendo o aprimoramento promovido pela ação educacional economia de mão-de-obra e aumento na produtividade, competindo em última instância ao Estado mediar as condições para a reprodução do capital, possibilitando a expansão da acumulação pela melhoria das condições de produtividade. Este quadro permite visualizar como no Brasil desenvolvimentista, a política educacional, supera sua esfera de atuação clássica – de formação de quadros para as elites e de reprodução ideológica -, para subalternamente, parte do projeto econômico, com a função direta em sua efetivação. Por outro lado, a educação sempre foi uma questão cara ao protestantismo. O apego ao uso da bíblia sagrada desde a reforma do século XVI, fazia com que fosse insubstituível a alfabetização como fórmula de garantir o acesso dos seus fiéis a nova doutrina. Desde o século XVIII com o início das missões modernas a educação foi uma estratégia de promoção e proselitismo

¹ Promover o desenvolvimento social através da ampliação da empresa produtiva, da acumulação de capital, da diversificação do consumo, da multiplicação da oferta de emprego, entre outras.

² Ampliação do papel do Estado, ampliação do papel do capital internacional e das relações de dependência do capital tradicional.

protestante, e no Brasil do Decimonono não foi diferente, com a extensa utilização dessa prática na inserção do protestantismo no Brasil.

2. A presença protestante

A partir da república e mais especificamente a partir do final dos anos 20, com a extensão dos direitos as populações não-católicas e acatólicas, e com a emergência de um novo corte no universo do protestantismo pela superação de suas crises institucionais internas, este sujeito passa a experimentar novas formas de interseção com a sociedade, que se mostrará também no cenário político.

Na década de 30 o protestantismo brasileiro viu no pastor metodista Guaracy Silveira seu primeiro representante na Câmara Federal. Esta condição se manterá na legislatura constituinte e congressual de 1946 a 1951. Porém, a partir da legislatura inaugurada em 1951, o protestantismo vai assistir o incremento desta presença tanto numérica quanto partidária, com quatro deputados de 1951-1954, mais um suplente ao longo do período e mais seis representantes em 1955-1959, mais dois suplentes no transcurso da legislatura.

No governo Vargas a questão da educação, particularmente cara e que pode sem favor ser chamada de principal em relação a postura do protestantismo quanto a sociedade que foi tema recorrente no discurso do conjunto dos parlamentares. Este lugar preeminente da educação no projeto de estabelecimento do protestantismo, agora, e para além de uma estratégia de penetração estava além do caráter instrumental e se instalava no cerne da percepção protestante de sociedade.

O ideal de educação se ligava aos próprios elementos caracterizadores do protestantismo, dentre eles o individualismo. Era o elemento formador do caráter, cuja importância é ponto pacífico e estava associada à ética individual, à qual se conjuga à idéia de responsabilidade individual, e ao ser associada com o princípio liberal da liberdade individual, fazia da educação o “instrumento eficaz para se alcançar o considerado tipo de governo ideal – a democracia.” (Ramalho, 1989, p. 5). Aqui a idéia de democracia remete ao modelo americano. Ramalho afirma ainda:

Baseados numa moral cristã, que se fundamenta na responsabilidade individual, alicerçada nos princípios da liberdade que desenvolvem integralmente o indivíduo, a educação, sendo eficaz, dirigida para a vida, proporciona êxito e sucesso para seus alunos. Dessa forma é possível construir uma sociedade onde o autoritarismo, a ignorância e a ineficiência devem ser substituídos pela democracia, pela instrução popular e pela eficiência.

Esses elementos conjugados trazem o *progresso*, que segue *evolutiveamente*, através do aperfeiçoamento contínuo das instituições, dentro do respeito a ordem. Os textos são claros a respeito: “crêem no *progresso social*, mediante a regeneração individual, na democracia pura, na liberdade de consciência, na separação entre a Igreja e o Estado...” e ainda “há dois grandes fins úteis da educação que compreendem todos os outros fins subsidiários ou próximos, a saber a edificação de personalidades perfeitas e o aperfeiçoamento da ordem social” (Idem: 7). A educação, portanto, se transpõe da atividade religiosa específica, para compor de forma essencial para ordem social. “O Estado se baseia nos indivíduos, somente através de pessoas instruídas ele pode formar-se democraticamente.” (Idem: 17). Ratifica o mesmo autor:

“O progresso da sociedade repousa nos indivíduos educados e, quando a educação tiver se estendido a todos os cidadãos, muitos males da sociedade estarão terminados. A Ignorância é o pior inimigo do Estado democrático, provindo dela a pobreza, o crime, e a indolência afirmam os documentos.”
“Nos colégios protestantes esses princípios são dominantes – uma educação a serviço de uma democracia liberal e tomada como seu principal instrumento. Isso está representado na sua prática pedagógica como um todo e especificamente através dos ensinamentos de civismo, respeito às autoridades constituídas, apoio aos ideais republicanos, estabelecimento de associações cívico-militares³...” (Idem:18)

A Educação foi tratada queixosamente. A educação fora este projeto perenemente caro aos protestantes, por imaginarem que a emancipação social e política só era possível a um povo instruído. O governo Vargas tinha uma proposta educacional, que era de importância “decisiva e fundamental”, cuja análise revelava um crescimento da demanda, uma nova consciência do direito a educação, e que priorizaria o ensino

³ O protestantismo criou associações de militares evangélicos, para promover a integração entre os seus membros e promover a celebração de seus cultos, respondendo à prática de celebrações católicas em eventos cívicos e militares

primário e o ensino médio. Este discurso foi assumido integralmente por Lauro Cruz, ao expor na tribuna o discurso de Vargas sobre a temática. “Considero esse discurso uma palavra sensata, oportuna e patriótica merecedora da atenção de todos quantos nesta casa se empenham na solução desses problemas” (LC 1954/12:473)⁴, e cujo destino final era erradicação do analfabetismo e através da mobilização geral.

Num arroubo de obviedade entusiasmada e quase juvenil, Teixeira Gueiros declara “que todo o empenho e todo o dinheiro que acaso este país aplique no problema da educação... redundarão em benefício do próprio país” (TG 1954/3:44) e levanta sua crítica acerca do direcionamento que se dava à política educacional no país, na medida em que afirmava, “se multiplicavam os cursos de formação de nível superior”, multiplicação que não obedecia, entretanto, a uma estratégia, que na sua opinião, deveria centralizar-se no ensino técnico. As críticas à política educacional passam, sobretudo, pelo montante de recursos alocados, sempre comparados com os gastos dos ministérios militares, problema que, aliás, persistiu no período Kubitscheck. Dos 23 bilhões de cruzeiros do orçamento, apenas 885 milhões são destinados a todas as esferas da questão educacional. Nesse sentido se pode dizer, que houve a convergência da representação de interesses e da representação simbólica. Porque, se por um lado a causa protestante demandava processos educativos distendidos à maior parte da população, sua representação não necessitava de uma elaboração formal de um pretensão “projeto protestante”, mas reconhecia suficientemente que esta expectativa instrumental e fundamental, constituía-se numa exigência. Tanto com Lauro Cruz, como nas duas legislaturas precedentes com Guaracy Silveira, a Comissão de Educação teve presença marcada do protestantismo. Assim, a educação do país foi tema preocupante por parte de todo o conjunto. Na polêmica de Anísio Teixeira com a Igreja – D. Scherer em particular – Viana toma posição ao lado do educador de quem faz veemente e exaltada defesa (AV 1958/71: 198 e 705). O eixo central era o consenso entre os parlamentares em torno do abandono do sistema educacional no país, e que quando alguma iniciativa havia nessa direção, criava-se o problema de estabelecer a ordem de prioridade a ser demarcada entre o ensino primário ou superior e da responsabilidade do poder público

⁴ Os números entre parêntese representam o ano, o volume e a página, respectivamente, nos anais da Câmara dos deputados, precedidos pelas iniciais do referido parlamentar.

para com o ensino. Viana afirma: “Sou favorável a que o ensino particular se desenvolva normalmente e haja garantia do Estado para este, mas sou intransigente defensor do ensino público e plenamente favorável ao seu desenvolvimento no país” (AV 1958/70: 736). Viana não poupa à crítica a elitização dos colégios protestantes devido às mensalidades não acessíveis à população em geral.

Teixeira Gueiros critica a redução sistemática de verbas para a ciência (1957/4: 305), e Viana, quando discute o projeto de ginásios gratuitos, aponta a questão da alocação de recursos, que dos cem bilhões do orçamento, apenas seis eram destinados à educação e destes somente trinta milhões para o projeto referido. Esta crítica também se repete ao verificar a distribuição de verba para os ministérios militares, comparativamente aos civis⁵. Frente aberta com virulência por Viana é a restrição ao Conselho Nacional do Livro, apontado como ineficaz no acompanhamento do livro didático no Brasil, o que indica o acompanhamento próximo que se fazia da problemática educativa. Viana apresentou projeto para por fim à ação dos *trustes* que se cartelizavam (AV 1956/32:273), e tinha como objetivo impedir a renovação anual onerosa do livro escolar, obrigando a produção a garantir a validade dos textos por maior período. Teixeira Gueiros apresenta teses esposadas consensualmente entre os deputados que estudamos, com uma diagnose da educação brasileira como marcada pelo imprevisto e favorecedora das elites. Por este reconhecimento percebe-se que os deputados guardavam uma relação crítica para com o modelo vigente, e se aproximavam das práticas mais inovadoras, como a já citada de Anísio Teixeira. Estas reflexões sumárias servem como indicadores da percepção que os deputados protestantes manifestavam para com o problema educacional, caro ao protestantismo como dissemos, e esta retórica guardava maior ou menor conformidade com o pensamento protestante em geral a partir da redemocratização do país em 1946.

FONTES

⁵ Para uma discussão sobre a distribuição de verbas no período desenvolvimentista ver: LEITÃO SANTOS, João Marcos. Economia e educação no governo Kubitscheck. *Cadernos de Economia*. Ano II, nº 2, setembro 2000. pp. 1-15

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso nacional. Câmara dos Deputados*. Brasília: Camara dos Deputados, 1956-1963.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1956-1963.

REFERÊNCIA

RAMALHO, Jether Pereira. *As características pedagógicas dos colégios protestantes e as categorias ideológicas do liberalismo*. São Paulo, CEHILA, 1989. Mimeo.